Julgamento de Impugnação

Referência: **Pregão Eletrônico n. 035/2023**

Processo Digital n.: **113190/2023**

1. Trata-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto pela empresa **ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS PRODUTORES DE BRITA, AREIA E SAIBRO - AGABRITAS, CNPJ n. 93.203.669/0001-61**, ora *Impugnante*, contra o Edital do pregão em referência, cujo objeto é a registro de preços para aquisição de Pedra Britada e Pó de Pedra para a COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo, para o período de 12 meses, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no ANEXO I - Termo de Referência do Edital.

DA ADMISSIBILIDADE

2. Nos termos do disposto do subitem 11.4. do Edital e Art. 20 do Decreto Municipal n. 9.111/2020, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

3. Desse modo, observa-se que o Impugnante encaminhou sua petição em 05/10/2023, por meio de formulário eletrônico, através do *site* www.portaldecompraspublicas.com.br. Considerando que a abertura da sessão pública está marcada para o dia 16/10/2023, a presente impugnação apresenta-se **tempestiva**.

DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS

4. Qualificação Técnica: em suma, a empresa requer a inclusão da exigência de demonstração do licenciamento ambiental que habilite às licitantes a operarem na atividade pertinente ao objeto do certame;

DA ANÁLISE

5. De acordo com o Art. 20, § 1º do Decreto Municipal n. 9.111/2020 e subitem 11.5. do Edital, **cabará ao(à) Pregoeiro(a)**, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação. Assim, passamos à análise dos fatos apontados pela Impugnante:

6. Primeiramente, cumpre salientar a redação constante no item 5 do Anexo I – Termo de Referência – do Edital:

"5. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS APÓS A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá dispor das correspondentes licenças de extração, emitidas pelos órgãos públicos competentes em pleno vigor, relativas à jazida de basalto ou granito ou gnaise, vinculadas às empresas responsáveis pelo fornecimento dos materiais.

5.1.1. Na assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os contratos de fornecimento ou comprovar a propriedade das jazidas, juntamente com as suas respectivas licenças ambientais."

7. Todavia, as alegações foram submetidas à análise da Assessoria Jurídica da Comusa, que emitiu o parecer abaixo:

"Trata-se de Impugnação ao Instrumento Convocatório, apresentada pela ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS PRODUTORES DE BRITA, AREIA E SAIBRO - AGABRITAS, contra o Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2023.

Apontou a representante, em síntese, vício insanável no Edital, em razão de ausência de exigência de licenciamento ambiental. Juntou jurisprudência que corroboram as suas alegações. Requereu o reconhecimento da impugnação, com consequente cancelamento da publicação, para as devidas alterações.

É o relato.

Pois bem.

Cuida-se de impugnação que, em suma, aponta a ausência de exigência de licenciamento ambiental no Edital de Pregão Eletrônico ora atacado.

Salutar a preocupação da Impugnante, pois vai ao encontro da Lei e da jurisprudência sobre o tema posto em liça.

Contudo, conforme se vê do item 5 do Anexo I do Edital - Termo de Referência, essas licenças são exigidas na fase de contratação:

'5. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS APÓS A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá dispor das correspondentes licenças de extração, emitidas pelos órgãos públicos competentes em

pleno vigor, relativas à jazida de basalto ou granito ou gnaise, vinculadas às empresas responsáveis pelo fornecimento dos materiais.

5.1.1. Na assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os contratos de fornecimento ou comprovar a propriedade das jazidas, juntamente com as suas respectivas licenças ambientais.'

Malgrado este Assessor tenha entendimento de que as licenças ambientais possam ser exigidas em fase de habilitação, por ser a Lei Ambiental considerada especial, o que se enquadraria perfeitamente na exigência do inc. IV do artigo 30, da Lei nº 8.666/93, ressalto que houve recente apontamento do Tribunal de Contas - RS, determinando que esta Autarquia evite exigir tais documentos na fase habilitatória, devendo tal exigência ocorrer somente na fase de habilitação.

Portanto, resta claro que a COMUSA não deixou de exigir as licenças ambientais, conforme apontado pela Impugnante. Apenas deixou tal exigência para a fase de contratação.

Ante o exposto, opino pelo indeferimento da Impugnação apresentada pela ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS PRODUTORES DE BRITA, AREIA E SAIBRO - AGABRITAS, contra o Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2023.

DA DECISÃO

8. Considerando os fatos analisados e o parecer da ASSEJUR que auxiliou na presente decisão, a Pregoeira Oficial, no exercício regular de suas atribuições, louvando os princípios licitatórios e constitucionais, decide por conhecer a impugnação interposta pela empresa ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS PRODUTORES DE BRITA, AREIA E SAIBRO - AGABRITAS, e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, nos termos da legislação pertinente.

9. Assim, permanecem mantidos em sua plenitude, todos os termos do edital, e por consequência, a abertura do certame na data de **16 de outubro de 2023, às 14h00min.**, conforme disposto no instrumento convocatório.

10. Importa consignar que os pedidos de impugnação e de esclarecimento, com as respectivas respostas, encontram-se disponíveis nos sites <http://www.comusa.rs.gov.br/> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>

11. É como decido.

Novo Hamburgo, 09 de outubro de 2023.

Meiriane Taise Fuchs
Pregoeira Oficial - COMUSA